EDUCAÇÃO ESPECIAL E A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL- NEUROPSICOPEDAGOGIA: ATRAVÉS DE INTERVENÇÕES.

ADRIANA HOSS SILVA

RESUMO

O presente trabalho aborda uma reflexão sobre a importância da inclusão com a criança autista na educação infantil. Percebe-se nos tempos atuais o quão são difíceis lidar a respeito da inclusão com a criança autista na educação infantil. Pois o autismo vem cada vez mais sendo o foco de estudos na atualidade, porem apresenta um distúrbio no indivíduo durante toda a vida, entre ele estão associados a intenção social e o meio da comunicação, acompanha-se sintomas como o comportamento que são observados no início da infância aos três anos de idade da criança. Para alcançar os objetivos da pesquisa, e conseguir as informações e dados necessários, será indispensável à utilização de alguns procedimentos, que é a consulta bibliográfica qualitativa, pois é necessário obter embasamento teórico a fim de aprofundar sobre o tema escolhido como por exemplo em livros destacamos: Saviani (2007); Duarte (2019); Freire (2008). Conclui-se que apesar das poucas experiências comprovadas, a bibliografia sobre o tema auxilia sobremaneira aos professores na condução do processo de inclusão dos alunos com autismo no universo pedagógico determinado.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Escola; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a importância da inclusão com a criança autista na educação infantil. Percebe-se nos tempos atuais o quão são difíceis lidar a respeito da inclusão com a criança autista na educação infantil. Pois o autismo vem cada vez mais sendo o foco de estudos na atualidade, porem apresenta um distúrbio no indivíduo durante toda a vida, entre ele estão associados a intenção social e o meio da comunicação, acompanha-se sintomas como o comportamento que são observados no início da infância aos três anos de idade da criança.

O trabalho traz como problemático porquê que nos dias de hoje o autismo enfrenta ainda grandes desafios de serem incluídos e como lidar na educação infantil? E tem como objetivo geral, compreender os desafios e possibilidades no processo da Inclusão e a aprendizagem dos autistas na Educação Infantil. E como objetivo especifico, contextualizar o autista dentro da sala de aula. Apresentar a importância dos pais no desenvolvimento escolar da sociedade com filho autista. Entender a inclusão do autismo na educação infantil.

O trabalho foi desenvolvido com o intuito de chamar a atenção para um breve conceito do tema com a relação dos professores no ensino da educação infantil as dificuldades que se encontra ainda nos tempos de hoje de compreender e os desafios que os educadores têm em incluir o aluno autista em sala de aula. Utilizaremos assim, a metodologia bibliográfica com a finalidade de proporcionar maior contato com o problema a fim de torná-lo mais compreensível.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, e conseguir as informações e dados necessários, será indispensável à utilização de alguns procedimentos, que é a consulta bibliográfica, pois é necessário obter embasamento teórico a fim de aprofundar sobre o tema escolhido como por exemplo em livros destacamos: Saviani (2007); Duarte (2019); Freire (2008).

De acordo com Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas”. O presente trabalho é justificado pela importância da inclusão de criança autista que ainda não abrange toda a instituição de ensino, pelo fato de não ter professores especializados e que não se encontra preparados para lidar com situações na sala de aula.

CONCEITUANDO O AUTISMO

O autismo é um distúrbio ao desenvolvimento que vem sendo estudado pela ciência há quase seis âmbito da ciência, divergências e diversas questões por responder e com intuito de entender esse assunto que traz grandes desafios nos dias de hoje. (CAVALCANTI; ROCHA, 2007).

Há dezoito anos quando, quando surgiu a primeira associação o autismo no país, era exatamente conhecido por um pequeno grupo de pessoas entre elas poucos médicos, alguns profissionais da área de saúde e alguns país que haviam sendo surpreendidos com o diagnóstico de autismos em seus filhos.

Atualmente embora o autismo seja bem mais conhecido, e tendo inclusive ele ainda surpreender pela diversidade de características que pode apresentar e pelo fato de a maioria das vezes, a criança que apresenta e tem o diagnóstico de autista pode se mostrar uma aparência totalmente normal. (CAVALCANTI; ROCHA, 2007).

Ultimamente não só vem aumentando o número de diagnostico, como também estes vem sendo concluídos em idade cada vez mais precoces, pois dando a entender que por traz de beleza que uma criança autista aparece o fato de o autismo ser um grande problema de tantas faces, as suas questões fundamentais vem sendo cada vez reconhecidas com mais facilidades por um número maios de pessoa. Provavelmente é por isto que o autismo passou mundialmente não para um muito mais comum do que se pensava.

O autismo intriga e angustia as famílias nas quais se impõem, pois, a pessoa portadora do autismo, geralmente, tem uma aparência harmoniosa e ao mesmo tempo um perfil irregular de desenvolvimento com bom funcionamento em algumas áreas enquanto outras se encontram bastante comprometidas.

A criança com diagnóstico do autismo apresenta relação na capacidade de comunicação sinais e bloqueios, sintomas de dificuldade de se expressar ideias e sentimentos, ou seja, afeta também a parte de ter dificuldade de se interagir com outra pessoa e apresenta movimentos repetitivos.

De acordo com Cunha (2014, p.32) “A educação nas escolas inclusiva, independentemente do grau de Severidade, deve ser vivenciada individualmente na sala de recursos e na sala de ensino comum, favorecendo a sociabilidade, porque incluir é aprender junto”.

Pois o autor traz a importância de esclarecer que a educação nas escolas como no ensino regular ou infantil não deve ter diferencias e sim ter uma educação centrada não excluindo o aluno que é portador a inclusão e na sociedade e nas escolas porque o sujeito pode apresentar o diagnóstico do autismo e ser excluído em salas de aula por indiferença.

A inclusão de alunos autistas no ensino infantil ou regular traz como grandes desafios, ou seja, no espaço escolar professores carrega grandes dificuldades com relação de não saber lidar com alunos autistas nas salas de aula. Pois deve ser adquirindo em espaços escolares também matérias projetos que ajude e auxilie os profissionais do ensino da educação a lidar com a criança autista nas salas de aula observando o comportamento e desenvolvimento e que trabalhe o desenvolvimento do aluno.

ENTENDENDO A INCLUSÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Na antiguidade a economia do país se fundamentava nas atividades de produção e de comércio agrícola, pecuária e de artesanato, a sociedade se dividia em dois agrupamentos: a nobreza e os povos. A nobreza era os senhores que detinham o poder social, político e econômico e o povo aqueles que eram considerados seres inferiores, indignos de conviverem na sociedade, dependente economicamente e propriedades dos nobres.

Neste mesmo período era utilizado o termo estigma para pessoas que tinham sinais corporais que evidenciava algo de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os representava Goffman (1988), relata que “os sinais eram feitos com cortes ou fogos pelo corpo que a denunciavam como sendo escravo, criminoso ou traidor” (p.11), colocando-os assim, em destaque e consequentemente sendo excluído da sociedade.

O papel desempenhado pelos povos era de produzir e aos nobres de consumir o que era produzido. O homem tinha seu valor na medida em que produzia para a realização dos desejos e necessidades de seus donos, os nobres. Neste contexto a pessoa com deficiência não tinha espaço e “era exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral” (ARANHA, 2000, p.8).

O clero vem assumir maior poder social, político e econômica tomando para si a guarda do conhecimento já produzido e armazenado, conquistando assim o domínio da nobreza e passando a comandar toda a sociedade. O papel do povo, no entanto, não se modifica, a ele cabe o trabalho seja na produção de bens e serviços e na constituição dos exércitos para o enriquecimento do clero e da nobreza sem a possibilidade de participar dos processos decisórios e administrativos da sociedade.

Os deficientes neste período eram considerados criaturas de Deus, mas ignorada a própria sorte, pois dependiam da caridade e boa vontade dos outros para sobreviverem, alguns deles eram aproveitados da mesma forma que na Antiguidade, como fonte de diversão, bobo da corte ou material de exposição em circos.

Surge, no século XIII, o Paradigma da Institucionalização, com a criação de instituições para abrigar deficientes mentais, com uma preocupação acentuada na sobrevivência e nos bens que possuíam.

A educação neste período apresenta duas vertentes de objetivos, a religiosidade que visava formar elementos para o clero e, outra com objetivos mais específicos, dependendo dos valores assumidos pela sociedade, que formava homens para irem a guerra ou para artes. Neste modelo de sociedade dois processos se instalaram, a Inquisição Católica e a Reforma Protestante.

A Reforma Protestante questionava a supremacia eclesiástica do papa, propiciando a instauração das igrejas protestantes e, a principal consequência desta reforma, foi à transferência da escola para as mãos do Estado nos países protestantes, e a partir deste momento as escolas ensinavam a ler, escrever, aritmética básica, catecismo, culturas clássicas, matemática e ciências.

CONHECENDO MELHOR O AUTISMO E SUAS ESPECIFICIDADES

Entende-se que o Autismo é considerado um distúrbio do cérebro, que compromete as habilidades de comunicação e expressão, afetando a criança autista com atitudes estranhas. De acordo com Mello (2007, p.16) o autismo é: “Definido como uma síndrome por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e na imaginação”. Manifestada de formas diferentes dificultando a racionalidade sobre alguma coisa. Atitudes persistentes que impossibilita que a criança autista em seu dia a dia tenha um bom desempenho precisando assim de intervenção para ajudá-lo.

Observa-se que transtorno global do desenvolvimento surge desde a primeira fase da criança e estende ao longo de sua existência, essa anormalidade no cérebro é apontada por razões desconhecida o que dificulta conhecer a causa raiz. Por isso que a psicologia tem levantado hipótese e investigação acerca dos problemas neurológicos que acontece com a criança com autismo, por meio de estudos busca de reposta. Para Mello, (2007. p.17):

As causas do autismo são desconhecidas. Acredita-se que a origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda ocorridas durante a gestação ou no momento do parto. Não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos.

O Autismo foi identificado como transtorno em 1943, por um psiquiatra chamado Leo Kanner. até então não se via o autismo como uma síndrome, um transtorno separado da esquizofrenia, se achava que era uma manifestação de esquizofrenias, até Kanner identificar como um transtorno separadamente. Kanner escreveu seu artigo baseado em três características básicas que são prejuízos nas áreas: Sociabilidade e relação com as pessoas (comunicação), comunicação e linguagem (interação) e flexibilidade mental e comportamental (repetição).

Kanner em sua pesquisa aprofundou em seus conhecimentos contribuiu de forma relevante para que o autismo pudesse ter destaque, melhor compreensão acerca do transtorno que o autista é acometido, para identificar com clareza características e evitar que fosse confundida com esquizofrenias. Visando parceria com os profissionais de saúde, professores e familiares, para que juntos decidam melhor maneira de compartilhar informações que contemple as necessidades do autista e haja êxito no método aplicado, voltado para as necessidades do aluno com autismo.

Os autores Bleuler apud Durval (2011, p.7) declaram que: "o Autismo é o desligamento da realidade combinado com a predominância relativa ou absoluta (...) o mundo do autista é tão verdadeiro como o mundo real, ainda que por vezes outra realidade". Percebe-se que a criança com autismo cria seu próprio mundinho não dando espaço para superar os obstáculos. Keinert e Antoniuk (2012, p. 41) afirmam que "a única característica que será comum a todos os indivíduos com Espectro Autista, mesmo que em graus variados, será a qualidade na interação social". Ou seja, o autista fica mais isolado das demais crianças, não consegue ficar parado, fica gesticulando o tempo inteiro com movimentos repetitivos, não gosta de barulho, não consegue se expressar corretamente além da dificuldade de se comunicar.

As crianças com autismo apresentam diferenças comportamentais desde muito cedo, já nos primeiros anos de vida essas diferenças são evidentes. São diferenças sociais, diferenças de comportamentos e interesses, comportamentos repetitivos e interesses restritos, diferenças na comunicação social, atraso na fala, mas também um atraso na intenção comunicativa, essa criança que brinca, que pega o brinquedo e brinca de uma maneira sui generis que é a criança que tem seu ser como único, não é semelhante a ninguém, que pega o brinquedo e fica repetindo coisas com aquele brinquedo, esses são alguns indícios de um desenvolvimento atípico.

Querem-se mudar a qualidade de vida dessas crianças que estão apresentando sinais do transtorno do espectro do autismo, a intervenção precisa ser intensiva, precisa ser abrangente e precisa ser muito precoce, e por intervenção precoce estamos falando de intervenção que começa antes dos três anos de idade, por ser intensivo, o método de ensino ABA propõe que ela deve ser feita 20, 40 horas semanais, e por intervenção abrangente queremos dizer que devemos abordar aspectos do desenvolvimento motor, fala, do desenvolvimento social, de habilidades pedagógicas, do brincar dessa criança, de atenção concomitante de atividades de vida diária, ou seja, todas as concepções de desenvolvimento da criança.

O PAPEL DA NEURO PSICOPEDAGOGIA NO TEA

A construção da neuropsicopedagogia tem como objetivo principal ressentir o processo de aprender, ciente de que aprender é nossa interferência no mundo e em suas múltiplas possibilidades de conexão. (BEAUCLAIR, 2014).

Os estudos em neuropsicopedagogia referem-se à prática de um objetivo comum a qualquer construção teórica; no entanto, isso ocorre como uma intervenção psicopedagógica, em que a psicopedagogia visa abrir espaços objetivos e subjetivos para a autoria do pensamento; É preciso propor situações, onde o pensamento não seja apenas uma produção cognitiva, mas um entrelaçamento de inteligência-desejo, dramatizado, representado, mostrado e produzido em uma ação. (FERNANDEZ,
2001).

Embora a capacidade de aprender seja inerente a várias espécies, a espécie humana é a única que, de forma intencional e sistemática, ensina os cuidadores a dar continuidade às atividades realizadas no cuidado. (FONSECA, 2014).

A formação desse profissional especializado pode impactar positivamente no trabalho desenvolvido pelo profissional com trabalho voltado para pais de crianças com TEA e levar ao sucesso intra e interpessoal de crianças e adolescentes, pois o aprendizado é complexo e envolve aspectos cognitivos, funções conativas e executivas onde a memorização de conteúdos envolve emoção, interação, motivação, entre outras.

O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de ensino e aprendizagem de educando desde a educação
infantil com ou sem deficiência ocorre num processo de respeito, diálogo e trocas de vivências, pois se o educador conseguir propiciar a seu educando um ambiente saudável, estimulante e facilitador da aprendizagem, não haverá no ambiente escolar deficiências nem diferenças, mas haverá uma prática pedagógica diferenciada. Por isto é importante a formação do professor, na capacitação continuada para que se tenha um suporte necessário para modificar práticas retrógadas e reconstruir o ato de ensinar e aprender. "A socialização da criança não só ativa e exercita suas funções psicológicas, como é a fonte do surgimento de uma conduta determinada historicamente (...)" (VYGOTSKY, 1989, p.109).

Pensando na educação inclusiva e no envolvimento que o professor tem
que ter para que haja a efetivação da inclusão, hoje se exige um novo perfil de professor para a educação, que seja capaz de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberto a práticas inovadoras na sala de aula. Onde inclui adquirir conhecimento sobre como conhecer as características individuais
(habilidades, necessidades, interesses, experiências etc.) de cada um dos estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações (FERREIRA, 2006).

SANTOS (2002); afirma que para que ocorra a formação docente na
perspectiva da inclusão com competência, é preciso rever o curso de formação para professores, pois "Pedagogia é o único curso de nível superior que possui instrumentos teóricos e experiência na formação de docentes do ensino especial e do ensino regular, capaz de 'consagrar' uma formação coerente com os pressupostos da proposta da Educação Inclusiva" (p.37).

Neste processo de ensino/aprendizagem, cabe ao professor promover a
interação social, sendo este um instrumento importante para o crescimento do aluno, sendo um facilitador irá dar condições por meio de brincadeiras em grupo, rodas de conversa, jogos de cooperação, jogos de competição entre diversas outras atividades que irão fortalecer o relacionamento e o convívio do grupo SANTOS (2000).

É necessário perceber e preparar instrumentos para lidar com a diversidade e promover o nível máximo de autonomia e independência de cada criança. Assim, vemos o quanto é importante que se estabeleça vínculos adequados desde os primeiros contatos com o aluno deficiente, o trabalho do professor irá favorecer os caminhos para a autonomia e independência do aluno, olhar o aluno além de suas limitações, favorecer um ambiente inclusivo, dando condições que sejam estabelecidas trocas entre todos, pois todos estarão envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, por meio dos contatos, da comunicação, do afeto, da experimentação e de instrumentos pedagógicos adequados a cada aluno. (SANTOS, 2000).

Fazendo o ambiente ser um local de construção do conhecimento para
todos, conforme estabelecem as leis.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008.

O motivo principal de o AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola.

Neste sentido, a Sala de Recursos Multifuncionais é organizada como espaço para a oferta do Atendimento Educacional Especializado, elaborando estratégias, recursos e contribuindo na organização da rotina, a qual favorecerá a compreensão e a comunicação da criança entre seus pares no ambiente escolar.

Para tanto, de acordo com a legislação vigente, uma das atribuições do AEE é identificar as necessidades específicas e elabora um plano de acordo com as especificidades de cada criança. Na execução do plano de AEE, será necessária a articulação entre os profissionais do ambiente escolar e da família, a fim de observar a funcionalidade e a aplicabilidade utilizada no desenvolvimento do plano para a criança.

A questão da Inclusão é sem dúvidas algo mais grave que as situações encontradas nas escolas, pois existe uma conjuntura de problemas sociais que os alunos especiais têm que enfrentar.

Por isso nossa proposta é identificar os desafios existentes nas escolas e tentar aperfeiçoá-los para que exista uma verdadeira efetivação da legislação.

Segundo autora Maria do Carmo Menicucci "a inclusão escolar significa garantir mais do que apenas o acesso: a permanência, o percurso, a terminalidade, a certificação e o sucesso escolar também dos alunos com deficiência. Para isso a escola tem que oferecer esses suportes que o aluno vai precisar para que ele possa aprender com e como os outros colegas. Para garantir esses suportes, é preciso que os órgãos públicos de educação, as Secretarias de Educação Estadual e municipal estejam comprometidas com a inclusão escolar, enquanto políticas públicas, de forma que sejam implementadas condições básicas que facilitem o ingresso de alunos com necessidades educativas especiais na escola comum..."(2008, p.17)

Mas o nosso país vive em um sistema educacional extremamente capitalista, onde a qualidade e o bem estar dos alunos nem sempre convém para o poder público, que muito mais fácil seria adotar o método utilizado no passado, que era o isolamento, afinal não geraria despesas aos cofres públicos. Por que a implantação de uma educação inclusiva requer investimentos para poder atender toda a diversidade encontrada nas escolas.

Vemos, portanto que é necessário esse interesse e a ação do poder público para as adaptações de grande porte na Educação Inclusiva, mas também se faz necessária as adaptações de pequeno porte que cabem aos professores mesmo providenciar, ou seja: novas formas de ensinar, de avaliar, de acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, de se relacionar com as suas diferenças, de trabalhar de forma cooperativa, de buscar apoios e parcerias com instituições e com outros profissionais .

Conforme diz Maria do Carmo Menicucci, "após a Constituição de 1988, ocorreram vários avanços significativos na Educação Inclusiva, mas infelizmente só no papel, e não no âmbito de sua concretização". Ainda hoje existem várias crianças e adolescentes isolados nas suas casas, muitas vezes por que a escola não oferece a Educação adequada para adaptação desse aluno, portanto, o Poder Público ainda é muito omisso em relação ao pleno exercício da cidadania dos portadores de necessidades especiais.

É importante ressaltar também que precisamos lutar para que essas leis sejam respeitadas, para isso é importante transpor os desafios para sua implementação. E fazer com que todos os cidadãos conheçam seus direitos que estão fundamentados legalmente.

Os primeiros passam para se vencer esses desafios, é o de colocar em prática a educação para todos. A educação que busca introduzir o aluno com necessidade especial no contexto cultural e social para se reverter o quadro dramático de exclusão social existente.

CONCLUSÕES

Ao término deste trabalho faz-se necessário uma reflexão quanto às propostas pedagógicas frente ao processo de Inclusão, ao trabalho docente e suas eficácias. Afinal o procedimento adotado pelas escolas tem se mostrados falhos e não tem garantido a "educação para todos".

De maneira bastante evidente observamos que ao mesmo tempo em que falta um preparo, há também a falta de interesse de alguns profissionais, e há também falta de políticas públicas eficazes com uma real preocupação quanto ao atendimento à diversidade social. Sendo assim não é possível pensar em escolas inclusivas, sem considerar a diversidade existente entre os educandos.

É preciso medidas de flexibilização e dinamização que favoreçam o atendimento às necessidades educacionais apresentadas pelos alunos, sejam elas quais forem.

Nota-se que apesar das escolas ainda não estarem devidamente preparadas para acompanhar o aluno com inclusão, os professores já trabalham com empenho para que tais alunos sejam de tal forma incluída na rotina da escola, que facilita, se não o acompanhamento pedagógico do aluno no mesmo nível, ao menos melhora a convivência dos alunos dentro do grupo; fazem isso levando em consideração as já conhecidas características dos alunos com deficiência.

Podemos notar que a quantidade de literatura sobre o tema também influencia positivamente no trato diário com os alunos considerados com deficiência. Ainda nos casos onde ocorre regressão das características pedagógicas, o trabalho mantém intenso e focado, trazendo posteriormente um resultado notadamente positivo.

Ressalta-se que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados de forma satisfatória e que o problema apresentado foi resolvido com a pesquisa bibliográfica qualitativa apresentada.

Concluímos que apesar das poucas experiências comprovadas, a bibliografia sobre o tema auxilia sobremaneira aos professores na condução do processo de inclusão dos alunos com autismo no universo pedagógico determinado.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. D. F. (2000) inclusão social e municipalização. in Manzini e, j. educação especial: temais atuais. Unesp. Marilia publicações. 2000

ASSUNPÇÃO, F.B. Jr. Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Infantil, Lemos Editora e Gráficos Ltda. São Paulo, 1997.

AUTISMO BRASIL SITE Disponível em: <htpp:// www.autismo.com.br/> Acesso em: 02 dezembro 2022.

BANKS, Leite L. (Org.), Piaget e a Escola de Genebra, São Paulo, Editora Cortez. 1987.

BELISÁRIO JÚNIOR, J. F. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BEREOHFF, Ana Maria P. Autismo, uma visão multidisciplinar. São Paulo: GEPAPI, 1991.

BORDENAVE, J.ED. O que é participação Edição: São Paulo Brasilerense,1994.

BOSA, C. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, C. R. e BOSA, C. (Orgs) Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, p 21-39, 2002.

BRASIL, lei de diretrizes e bases da educação Nacional-LDB lei n°9394/96

CAVALCANTI, E.; ROCHA, P. S. Autismo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CUNHA, Eugenio. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender um jeito diferente de ensinar-ideias e práticas pedagógicas 2°ed Rio de janeiro: Wak Editora2014.

CHARAIM, Albertina de Mattos. Família e escola: arte de aprender para ensinar. Rio de Janeiro: Wak Ed,2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à educação - necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2001

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (1999). Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

BUENO, J.G.S. "A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular". Temas sobre o Desenvolvimento. São Paulo: vol.9, n.8, 2001, p. 2127.

CAVALCANTE, Meire. Inclusão: A sociedade em busca de mais tolerância. Nova Escola, São Paulo, n. 196, p. 164, out 2006.